

## **GESTÃO SOCIOAMBIENTAL SETORIAL**

### **EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E CULTURAIS COMO INSTRUMENTOS PARA VIABILIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

### **EXPLORATION OF ECONOMIC AND CULTURAL ACTIVITIES AS TOOLS FOR ENABLING THE LOCAL DEVELOPMENT**

#### **1º autor**

Nome completo: Jaqueline Guimarães Santos.

Titulação: Mestranda em Administração.

Vínculo: Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: [jsantos.adm@gmail.com](mailto:jsantos.adm@gmail.com)

#### **2º autor**

Nome completo: Ângela Maria Cavalcanti Ramalho.

Titulação: Doutora em Recursos Naturais.

Vínculo: Universidade Estadual da Paraíba.

E-mail: [angelaramalho@oi.com.br](mailto:angelaramalho@oi.com.br)

#### **3º autor**

Nome completo: Sandra Sereide Ferreira da Silva.

Titulação: Doutoranda em Recursos Naturais.

Vínculo: Universidade Federal de Campina Grande.

E-mail: [sandrasereide@yahoo.com.br](mailto:sandrasereide@yahoo.com.br)

## RESUMO

A organização dos atores sociais em associações e/ou em cooperativas é tida como uma alternativa plausível que podem viabilizar para a criação de redes solidárias, para a promoção do desenvolvimento local de forma sustentável, equitativa e justa dos atores sociais. Assim sendo, este estudo tem como objetivo principal analisar as potencialidades econômicas e culturais e as redes de economia solidárias como mecanismos de desenvolvimento de alguns Municípios paraibanos, entendendo estes como elementos de forte relevância para a compreensão das novas formas de relações sociais que território tem adquirido e, por sua vez refletem também na composição local. Em termos metodológicos, foi desenvolvida uma pesquisa de campo a partir de um mapeamento das atividades econômicas em potencial, desenvolvida por cidade/região do Estado da Paraíba. Tomou-se como cenário, a questão regional, para apreender como potencias culturas ecoam na estrutura significativa do pensamento operando transformações em todas as manifestações da vida social, mudando estruturas, formas de pensar e de compreender o mundo, transformando-se em uma grande força coletiva, para promover o desenvolvimento. Os resultados apontam um potencial econômico e cultural significativo das regiões, o que sinaliza para a criação de redes de economia solidária na busca do desenvolvimento local dos territórios.

**Palavras-chave:** Associações; Potencialidades econômicas e culturais; Desenvolvimento local; Rede de economia solidária.

## ABSTRACT

The organization of social actors in associations and / or cooperatives is seen as a plausible alternative that may enable to create solidarity networks to promote the local development of a sustainable, equitable and just social actors. Therefore, this study aimed at analyzing the potential economic and cultural solidarity economy networks as mechanisms of development of some Municipalities in Paraíba, understanding how these elements of strong relevance for understanding the new forms of social relations that have acquired territory and in turn also reflect the local composition. In terms of methodology, we developed a field research from a mapping of potential economic activities, developed by city / region in the state of Paraíba. Was taken as a backdrop, the regional issue, to seize crops as potential significant echo in the structure of thought operating profound changes in every aspect of social life, changing structures, ways of thinking and understanding the world, becoming a major collective strength to promote development. The results show a significant cultural and economic potential of the regions, pointing to the creation of networks of economic solidarity in the pursuit of local development of territories.

**Keywords:** Associations; Potential economic and cultural development site; Local development; Solidarity economy network.

## 1. INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo estão em evidência nos debates acadêmicos, políticos e empresariais questões relativas ao desenvolvimento local, o que amplia o interesse pelas múltiplas dimensões de desenvolvimento ambiental, social, econômico e cultural.

A teoria do desenvolvimento econômico local é apresentada como sendo uma nova perspectiva que se alavanca frente aos modelos tradicionais de desenvolvimento que tomam como fundamentos a compreensão de que o Estado nacional é o principal agente promotor do desenvolvimento, nas funções alocativas do mercado como facilitador da otimização econômica.

Em termos teóricos, o território é visto como um ator, que se define através da ação coletiva e da construção de instituições locais, significando formas de reação que se manifestam nos espaços como estratégias locais que retroagem sobre as forças globais, trazendo modelos de comportamento que questionam as teorias tradicionais de desenvolvimento. Introduzindo estratégias de desenvolvimento com novas formas de valorização e de repartição num processo permanente de desconstrução / reconstrução.

Bourdieu (1980) preocupou-se em mostrar como a construção de uma rede durável de relações permitiria ao indivíduo (ou grupo de indivíduos) arregimentar um capital que estivesse fora do circuito estritamente econômico, mas que este mesmo capital (cultural e social) poderia ser usado para fins econômicos, como a acumulação e a reprodução social.

Desse modo, a mobilização, a organização dos atores sociais em associações e/ou em cooperativas viabilizam a criação de redes solidárias, para a promoção do desenvolvimento local de forma sustentável, equitativa e justa, na busca da melhoria da qualidade de vida dos atores sociais dos territórios a partir da valoração do capital social e cultural.

Nesse prisma, a redefinição das potencialidades locais de desenvolvimento, pode contribuir para induzir melhorias na estrutura econômica, bem como facilitar a sinergia entre os mercados regionais do entorno ou do mesmo eixo de desenvolvimento regional local, possibilitando ampliar os fatores locais da base produtiva regional de acessibilidades às oportunidades de investimentos gerados pelos efeitos demonstrativos das diversas cadeias produtivas estabelecidas.

Dessa forma, um processo de planejamento econômico que objetive o desenvolvimento regional, primeiramente, deve privilegiar os conhecimentos acumulados além do fator econômico da região e seus potenciais, possibilitando a interação dos processos a partir do desenvolvimento endógeno.

Para Long e Van der Ploeg (1994) o desenvolvimento endógeno se constitui principalmente a partir dos recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades da ecologia local, da força de trabalho, conhecimentos e modelos locais para estabelecer uma articulação entre produção e consumo. Não implicando em ausência de elementos externos, pois o processo de desenvolvimento pressupõe um diálogo constante entre elementos internos e externos. De um lado os atores sociais locais se apropriam de componentes “globais” (cultura, signos, tecnologia, conhecimento, etc.). De outro, o local oferta seus “produtos” ao global que assim se apropria de elementos locais (REMMERS, 2000).

Assim, o desenvolvimento endógeno ao valorizar a permanência de elementos socioculturais e ecológicos vinculados ao local, busca integrar as identidades culturais e os processos globais num esforço para impedir que nos tornemos “simples consumidores de modelos culturais elaborados pelos mercados” (TOURAINE, 1997, p. 87), não significando a exacerbação fundamentalista das identidades culturais, nacionais ou locais, como forma de evitar intercâmbios externos na tentativa de evitar “ver-nos arrastados pelas mensagens ao mesmo tempo sedutoras e impessoais da sociedade de massas” (Op. Cit, 1997, 123).

Assinala-se ainda, que o desenvolvimento endógeno toma como referência os elementos locais e parte das características e recursos locais (potencial endógeno). Demandando que a determinação das opções e o controle necessita ser local e os benefícios mantidos no local num “processo autocentrado onde a maior parte dos valores gerados sejam realocados no local” (LONG; VAN DER PLOEG, 1994).

Por isso, que o processo de desenvolvimento endógeno é primordial para regiões de carência socioeconômica, no qual a capacidade de autonomia decisória seja algo crescente, capaz de captar e re-inverter o fluxo dos excedentes econômicos produtivos para o eixo sinérgico da região, tendo uma preocupação constante com o processo de inclusão socioeconômica, como também o aumento da consciência com as questões de caráter ambiental.

Desse modo, os territórios localizados no semiárido brasileiro necessitam dinamizar sua economia baseando-se em modelos de desenvolvimento endógeno, que é entendido como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas da região. A partir do engajamento da sociedade organizada em associativas, cooperadas que utilize sua capacidade para organizar os recursos e atores que sirva de base para o desenvolvimento sustentável da região (FEITOSA, 2009).

Com base nas perspectivas elucidadas o estudo tem como objetivo principal analisar as potencialidades econômicas e culturais e as redes de economia solidárias como mecanismos de desenvolvimento de alguns Municípios paraibanos, entendendo estes como elementos de forte relevância para a compreensão das novas formas de relações sociais que território tem adquirido e, por sua vez refletem também na composição local.

Em termos metodológicos, realizou-se uma pesquisa de cunho empírico a partir de uma pesquisa de campo tendo como resultado um mapeamento das atividades econômicas em potencial, desenvolvida por cidade/região do Estado da Paraíba. Este artigo apresenta-se estruturado da seguinte forma: além desta introdução, a segunda seção aborda uma discussão sobre os construtos chaves para esse estudo, em seguida, os aspectos metodológicos, análises dos resultados e a última seção trata das considerações finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E CULTURAIS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

A formação de redes de economia solidárias locais é um passo importante para o início de um processo de desenvolvimento endógeno e para a construção de uma identidade territorial que

permita aos atores locais colocar em curso alguma modalidade de reação autônoma. Constructo sobre o qual se erigiram novas modalidades de geração de renda.

Neste sentido, é necessária assinalar que economia solidária pode ser entendida como uma rede de ideias e experiências que traz no seu bojo raízes históricas que se encontram focalizadas nas ações e lutas das organizações de trabalhadores, de movimentos populares, de grupos ativistas nas universidades e nas igrejas. Um movimento que se fortalece e se organiza a cada dia, recebendo apoio da sociedade civil e do poder público. Neste processo de organização da sociedade civil, busca-se a concretização da *práxis* a partir de novas relações econômicas e sociais que, busquem a promoção de um desenvolvimento que seja solidário e principalmente sustentável, propiciando a melhoria da qualidade de vida de milhares de trabalhadores no campo e na cidade.

Desse modo, a exequibilidade da economia solidária é possível se concretizar através de vários segmentos sociais organizados, dentre os quais se destacam: grupos informais e cooperativas de produção, de consumo solidário ou de serviços, entidades e grupos de crédito solidários como Bancos Comunitários e fundos rotativos; empresas de autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo dentre outras iniciativas.

Assim, observa-se que nas discussões sobre a economia solidária amplia-se a concepção de que o desenvolvimento social e econômico deve ter como princípio fundamental uma perspectiva “ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente dinâmica”, reorganizando o processo de produção, comercialização e consumo com vistas à promoção da coletividade de forma equitativa, com uma distribuição da riqueza socialmente produzida, com base na autogestão dos trabalhadores.

Portanto, é relevante sublinhar que a economia solidária contribui para a configuração de uma nova realidade social ao proporcionar a geração de um trabalho emancipado, autônomo e constituído de trabalhadores e consumidores como sujeitos históricos na busca da superação do processo sistêmico que gerou graves efeitos socioambientais. Contudo, a economia solidária torna-se possível quando ocorre a interface da cooperação, da autogestão e da solidariedade entre os atores sociais na realização das atividades econômicas, ao estabelecer novas relações entre produtores e consumidores, contribuindo para o surgimento cada vez mais de movimentos emancipatórios na sociedade.

Sendo assim, a economia solidária torna-se um elemento medular na composição de mecanismos estratégicos no processo de desenvolvimento local dos territórios ao viabilizar a economia a partir das potencialidades econômicas locais como meta para gerar localmente trabalho e renda, demandando ainda considerar a cultura, as aptidões locais e a cooperação empreendida entre os trabalhadores de forma organizada, ao mesmo tempo em que oferece elementos ao poder público para apoio e incentivo, em termos de políticas públicas com estratégia de desenvolvimento que se quer sustentável.

Destarte, a mobilização, a organização dos atores sociais em associações e/ou em cooperativas viabiliza a criação de redes solidárias, para a promoção do desenvolvimento local de forma sustentável, na busca da inclusão e melhoria da qualidade de vida dos atores sociais dos territórios.

A literatura versa que a “economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER; SOUSA, 2000, p.13).

Como resultado, com força cada vez maior os empreendimentos solidários surgiram como “respostas a crises nas empresas, ao desemprego e à exclusão social. Mas, em determinadas regiões, a economia solidária atingiu densidade tal que domina a vida econômica e pauta a sua expansão” (SINGER, 2002, p.121).

Assim, a economia solidária aglutina homens e mulheres na busca de conquistar condições de vida mais dignas através de múltiplas e diversas experiências que vão das fábricas recuperadas pelos trabalhadores e sob a égide da autogestão passando pelos grupos de produção associada, sejam eles formalizados ou não em associações ou cooperativas, pelos grupos de produção familiar, de mulheres, de artesãos/artesãs, de grupos de pescadores, de catadores e recicladores de resíduos sólidos, pelos engajados em bancos e fundos rotativos comunitárias, em redes de cooperação e cadeias produtivas ou em grupos associados de prestação de serviços ou de consumo e etc. (LIMA, 2011).

No contexto atual observa-se que a economia solidária vem se transformando em um mecanismo eficiente na busca da geração de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados em sua predominância por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregos e pelos empobrecidos (CULTI, 2008).

A partir dessa perspectiva evidencia-se que os empreendimentos de economia solidária particularmente, nas regiões do semiárido, pode se caracterizar como mola propulsora para guiar as atividades dos espaços rurais e regionais na busca do desenvolvimento local. Considerando que as atividades econômicas desenvolvidas se processam na agricultura familiar utilizando basicamente a mão-de obra da família.

Neste cenário o empreendimento econômico solidário viabiliza a manutenção do emprego local a partir de uma demanda dos serviços disponíveis nos territórios; também a permanência de uma parcela significativa da população jovem e adulta na gestão do território; manutenção do emprego agrícola para assegurar outros serviços multifuncionais incluídos os ambientais e os turísticos. Além da manutenção da paisagem e do meio ambiente; contribuição da agricultura com um povoamento regional equilibrado; contribuição da agricultura na manutenção do *habitat* no espaço rural, além de estarem voltadas para uma agricultura ecológica,

Desse modo, sinaliza-se para a importância dos pequenos e médios municípios localizados em zonas semiáridas buscarem dinamizar o processo produtivo, tomando como mecanismo a impulsão das atividades de empreendimentos econômicos solidários, objetivando um desenvolvimento local a partir das potencialidades econômicas e culturais, para que seja possível alicerçar o incremento da sua economia.

Evidencia-se ainda que a agregação dos valores dos produtos de cada território traz na sua matiz um fator significativo que são as tradições culturais regionais e os modos específicos de manufaturar os produtos oriundos de cada cidade e região, também os recursos naturais geograficamente diferenciados e históricos é um diferencial significativo do produto confeccionado em dada região.



Segundo Amaral Filho (1999) as regiões que possuem maior abrangência na agregação de valor poderão aumentar a produção, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição da renda. Desse modo, define que o desenvolvimento regional é um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região mais ou menos definido dentro de um modelo específico de desenvolvimento regional.

Sendo assim, evidencia-se que o desenvolvimento regional do semiárido demanda um incentivo e apoio à empreendimentos econômicos solidários que sejam includente, a partir da produção de bens e serviços de pequenos empreendedores (individuais, ou em associações ou cooperativas), que possam contar com um mínimo de suporte e incentivo nas ações das políticas públicas, para alavancar de forma sustentável, atividades econômicas que possibilitem ocupação e renda dos habitantes dessa região.

Desse modo, se o território estiver localizado no Sertão, Curimataú, Agreste, Seridó ou o Cariri, o homem sediado em ambientes regionais, do campo, do interior, sabe que se houverem condições para a exploração racional de uma atividade econômica que lhe remunere e possibilite uma vida digna no seu lugar de origem, ele de alguma forma irá procurar manter-se ligado às suas raízes culturais. Nesse sentido, as instituições sediadas no município poderiam servir para integrar os atores sociais e as cooperativas, associações de negócios, sindicatos, bancos, projetos de assentamento, ONGs e outros grupos que participem dos esforços na busca do desenvolvimento regional.

Para Feitosa (2009) é fundamental o engajamento da sociedade organizada em associativas, cooperadas ou mesmo de forma empresarial local, mas que utilize sua capacidade para organizar, da forma mais objetiva possível, os fatores, recursos e atores produtivos da região. Considerando também a tradição social e cultural de um povo, para que os valores e as instituições locais sirvam de base para o desenvolvimento sustentável da região.

Já para Barquero (1999) é importante à formação de *clusters* regionais que pavimentem a avenida do desenvolvimento com apoio à montagem de uma infraestrutura que possibilite o pleno desenvolvimento é clara. Assim, dado o caráter não substituível da capacidade empresarial e das inovações no crescimento econômico, o processo de desenvolvimento somente pode ser possível em um entorno sociocultural que premie o espírito empreendedor, confie nos valores e nas energias locais, valorize positivamente a mudança, estimule a concorrência e aceite o risco. De qualquer forma, o desenvolvimento necessita criar seu próprio ambiente cultural, seja de forma espontânea, seja induzida, a partir da atuação dos agentes públicos e/ou privados (BARQUERO, 1999).

Desse modo, é preciso que cada ator social enquanto protagonista se organize a partir de laços de cooperação e confiança na perspectiva da autogestão e busque um engajamento efetivo para a promoção do processo de desenvolvimento, a partir de uma aptidão para empreendedorismo tanto individual como coletivo, para que possa se formar redes solidárias que viabilizem a consecução do desenvolvimento local.

Portanto, se faz necessário que experiências organizativas de orientação de autogestão iniciadas no âmbito das atividades laborais necessitam se multiplicadas se estendendo e se ampliando para outros ambientes da vida social.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para o desenvolvimento da investigação científica o caminho metodológico percorrido foi uma pesquisa bibliográfica com base em aportes teóricos que analisam as categorias desenvolvimento endógeno e redes solidárias. Seguido de uma pesquisa exploratória a partir de um mapeamento das atividades econômicas em potencial desenvolvidas por cidade/região do Estado da Paraíba, através de entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa se procedeu ao levantamento de dados sobre as potencialidades alvos da pesquisa. Para isso se entrevistou líderes comunitários assim com alguns funcionários de instituições públicas, pesquisadores e pessoas ligadas a cultura. Na segunda fase se procedeu à coleta de dados primários - que foram coletados utilizando a técnica da observação direta e entrevistas semiestruturadas

Tomou-se como cenário territórios para apreender como potencias culturais ecoam na estrutura significativa do pensamento operando profundas transformações em todas as manifestações da vida social: mudando estruturas, formas de pensar e de compreender o mundo, transformando-se em uma grande força de ação social coletiva que poderá provocar o alavancamento do processo de desenvolvimento local..

Algumas questões descortinadas pela pesquisa sobre desenvolvimento econômico territorial sugerem investigações mais detalhadas, como experiências de desenvolvimento local, implementação de redes de economia solidária, a participação da sociedade nos processos de planejamento e conselhos, fóruns e outras instituições; o papel dos governos municipais e estaduais no fomento as atividades produtivas e competitividade dos territórios.

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A partir da pesquisa de campo desenvolvida foi possível elencar as potencialidades econômicas e culturais das cidades e sub-regiões do estado da Paraíba, associando-as a exploração econômica de produtos e serviços que se destacam por sua qualidade, peculiaridade e cultura. Cada uma dessas cidades e regiões (Quadro 01) possuem características específicas para o desenvolvimento de um produto ou serviço com diferenciação dos demais existentes no mercado, além de qualidades intrínsecas agregadoras de valor, como por exemplo, a tradição, a cultura e os saberes envolvidos nos produtos/serviços em questão são invariavelmente associados a produtos amplamente comercializados no estado e em outras regiões.

Esses produtos carregam consigo uma chancela e associa o produto/atividade/serviço a uma determinada região do Estado. Muitas vezes associando o produto á cidade, tornando-o o cartão de visitas, construído durante anos pela tradição.



Em todos os municípios citados observam-se produtos, atividades e empreendimentos que se destacam e desenvolvem-se de maneira informal, alcançando um destaque através do *marketing* “boca-a-boca”. É comum, que ocorra uma associação imediata do produto ao nome da cidade. Como por exemplo, associa-se quase que instantaneamente o nome da cidade de Picuí, localizada na região do Curimataú da Paraíba ao seu produto a “Carne de Sol”, que de certa forma tornou-se referência da culinária regional. Também se observa, na passagem pela cidade de Junco do Seridó, localizada na região do Seridó Paraibano uma exposição ao longo da rodovia, de rochas ornamentais, oriundas de lavras locais que são extraídas a lapidadas de forma artesanal a ardósia.

Os Municípios de Teixeira e Maturéia são associados ao Pico do Jabre que é o ponto culminante do estado da Paraíba, com 1.197 metros de altitude. Localizado no município de Maturéia e é o terceiro ponto mais alto do Nordeste na Serra de Teixeira, com área de 851,77 há. Ocupa 50 hectares de mata úmida, onde se pode observar a mata serrana e de caatinga, rios e fontes de água mineral, numa região de um ecossistema exuberante e diversificado.

A Unidade de Conservação Pico do Jabre foi oficialmente reconhecida em 19 de junho de 2002 pelo Decreto Estadual nº 23.060. Apesar de estar localizado em meio ao sertão semiárido, o clima é do tipo quente e úmido com chuvas de verão-outono. A temperatura média anual em torno de 21°C, o período de inverno vai de janeiro a maio, com uma precipitação média em torno de 800 a 1.000 mm.

Do alto do pico, tem-se uma visão completa do vale, com excelente visual da topografia do Sertão Paraibano, guarda em seu interior valiosos exemplares da fauna e flora brasileira. O entorno do Parque Estadual do Pico do Jabre abrange cinco municípios (Teixeira, Maturéia, Mãe D’água, São José do Bonfim, Santa Terezinha) com atividades econômicas voltadas para a agricultura. A atividade turística no meio rural é uma das perspectivas para o desenvolvimento desta economia, pois o turismo rural faz surgir novos serviços, tais como mateiros, guias, taxistas, cozinheiros, dentre outros, os quais estão diretamente ligados ao visitante. Os novos empreendimentos que surgirão, vão gerar recursos utilizados para a adequação da infraestrutura local.

O estudo possibilitou ainda apontar potenciais nos municípios em análise, verificando como esses elementos podem provocar mudanças na ocupação e geração de renda, além das formas de produção e comercialização, contribuindo para um mapeamento mais ampliado de indicadores que viabilizam o desenvolvimento local, servindo de base para um estudo mais aprofundado em um segundo momento.

Sinalizando ainda, que as atividades que são exploradas não recebem o devido apoio e incentivo através das políticas públicas, no processo de desenvolvimento de aptidões econômicas e dotação de empreendedores (individuais ou coletivos) locais de capacitação e infraestrutura para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Portanto, diante da amplitude das discussões e estudos sobre a importância desenvolvimento local para as regiões semiáridas o estudo concentra-se nas potencialidades locais como fator interveniente para o desenvolvimento. Considerando que a categoria analítica desenvolvimento envolve tanto um conjunto amplo de arcabouços teóricos que analisam a temática, como também de fatores que interagem nos territórios contribuindo para a melhoria na qualidade de vida da população.

Em observância para as concepções sobre o desenvolvimento regional que nas últimas décadas ganharam conotações, priorizando a valorização do potencial endógeno regional em que o crescimento econômico se conjuga à mobilização, à cooperação, à organização, à valorização das identidades locais através de redes solidárias e participação de vários setores da sociedade. Sendo possível alcançar um desenvolvimento regional traduzido pela mobilização endógena, dinamismo, inovação e melhoria da renda e das condições de vida da população (PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2007).

Na perspectiva de North (ANO) as regiões se desenvolvem melhor quando diversificam a pauta de produtos de exportações (especializações). Esses produtos são os principais responsáveis pelo aumento regional, conduzindo a uma melhor especialização e divisão do trabalho, e ao crescimento dos serviços auxiliares.

Assim, observa-se que em todos os Municípios analisados apresentam potenciais econômicos e culturais, que a partir da organização dos atores sociais em redes solidárias, devem buscar mecanismos que possibilitem uma melhoria da produção e apresentação de seus produtos no mercado informal de consumidores, o que viabiliza o desenvolvimento local endógeno a partir de redes solidárias, resultando na melhoria da qualidade de vida dos atores sociais do semiárido paraibano.

REGIÃO	MUNICÍPIOS	ATIVIDADES ECONÔMICAS E/OU CULTURAIS
Cariri Oriental	Cabaceiras	Cultura do Alho, Turismo Rural, Artesanato de Couro
Cariri	Sumé	Queijo de Cabra
	Monteiro	Criação de Caprino, Cultura Popular
Curimataú	Nova Floresta	Cultura do Cajueiro
	Picuí	Carne de Sol
Seridó	Junco do Seridó	Exploração Mineral e Cerâmica
Sertão	Maturéia	Turismo Rural
	Teixeira	Cultura da Cenoura/Turismo
Brejo	Areia	Turismo, Engenho, Fabricação de Cachaça
	Lagoa Seca	Produção de produtos Orgânicos
Agreste	Ingá	Turismo
	Matinhas	Citricultura/Galinha Caipira

Quadro 01: Atividades Econômicas e Culturais desenvolvidas por Região e Município da Paraíba  
Fonte: Elaborado pelas autoras (2012)

De cada município analisado, sabe-se, que além dessas atividades apontadas existem ainda outras mais que podem estar associadas e terem sido decorrentes e estimuladas pelas cadeias produtivas citadas. Sabe-se ainda, que muitas das considerações feitas neste artigo estão sendo também estudadas por especialistas em desenvolvimento regional a partir de várias perspectivas, ou até mesmo pelas próprias comunidades locais. O que contribui para ampliar os conhecimentos sistemáticos estabelecendo uma reflexão e análise que evidencia a necessidade desses municípios, especializar suas economias mobilizando a comunidade, objetivando promover o desenvolvimento

endógeno, na busca da diversificação da economia resultando na melhoria da qualidade de vida da população.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da sistematização do estudo foi possível evidenciar que o processo de desenvolvimento local requer uma maior aproximação e fortalecimento das relações entre a comunidade e os profissionais denominados como “agentes de desenvolvimento” que são os bancos públicos, serviços públicos (como por exemplo, o SEBRAE), agências de fomento da economia solidária, ligadas à Igreja, sindicatos ou universidades além dos movimentos sociais. Exigindo que os “agentes” levem até a comunidade informações necessárias sobre as formas de desenvolvimento e como é possível implementar o processo através do esforço conjunto da comunidade, amparado por crédito assistido e orientação sistemática (que pode ser o processo de incubação universitária) na busca de promover o desenvolvimento local.

Nesse processo, a própria comunidade necessita buscar capacitar-se na busca, manejo e interpretação das informações, para que possa se empoderar e manter uma relação igualitária com os agentes diante da troca de saberes, também para dialogar sobre as propostas e orientações apresentadas pelos “agentes de desenvolvimento”. Nesse processo de diálogo profícuo, os atores sociais da comunidade ao mesmo tempo em que recebem ensinamentos também oferecem aos agentes, estabelecendo uma relação dialética de educação política mútua. As experiências das incubadoras universitárias e das cooperativas populares atestam que este tipo de relação é necessária e real para que o desenvolvimento solidário possa acontecer efetivamente.

Por outro lado, “os agentes de desenvolvimento” necessitam ser preparados para estabelecer uma boa relação com a comunidade, podendo o processo de capacitação acontecer paralelo composta por profissionais de diversas entidades, levantando temas ligados a luta pelos problemas reais vivenciados pela comunidade. Sendo assim, é possível buscar promover o se considera fundamental para os territórios, principalmente nas regiões semiáridas do nordeste como: gerar ocupação e renda, ampliar o número de proprietários produtivos, elevar o nível de escolaridade da população, além do número de organizações da sociedade civil, resultando no aumento da produção e democratização do acesso à riqueza.

Evidencia-se ainda, ser necessário assinalar que todo processo de desenvolvimento é uma experiência de aprendizado, por isso é preciso transformar as experiências em estão sendo desenvolvidas nos vários territórios do semiárido em observatórios, para não perder a oportunidade de aprender com os atores sociais locais a construção de novos caminhos para um desenvolvimento que seja humano, social e sustentável.

Versa na literatura acadêmica brasileira, que mais recentemente temos experimentado diversas formas de desenvolvimento nos territórios: Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, Agenda 21 Local, Redes de Economia Solidária, Arranjos Produtivos Locais, Projetos de Desenvolvimento Regionais etc. Porém, todas as formas ainda demandam indicadores de impactos além de instrumentos precisos de avaliação, apesar de termos um ambiente relevante para se acumular um aprendizado, considerando a grande diversidade: de escala, de regiões, de atores

sociais, de economias. O que sinaliza desse modo para a implementação de alternativas de desenvolvimento como uma forma de buscar avançar por novos caminhos através da tomada de consciência dos atores sociais locais.

Sendo assim, um elemento importante para instigar a consciência é levar para o conjunto da comunidade as informações necessárias sobre as novas formas de desenvolvimento, o que deve desencadear um processo de educação política, econômica e financeira de todos os atores. Trata-se de uma capacitação para o enfrentamento dos problemas cotidianos, à medida que eles vão se colocando. No decorrer do processo, instituições vão surgindo por meio das quais a comunidade se organiza para promover o seu desenvolvimento como, por exemplo, assembleia de cidadãos, comissões para desenvolver diferentes tarefas, empresas individuais, familiares, cooperativas e associações de diferentes naturezas.

Diante da discussão sistematizada, é mister ressaltar que efetivamente todo desenvolvimento só acontecerá quando surgirem novos e múltiplos laços de realimentação de saberes e experiências. A partir da dinâmica do aumento de mais capital humano cresce o capital social, que gera mais capital empresarial, que vai gerar mais renda, que gera mais capital humano. Portanto, para promover o desenvolvimento é preciso desencadear esse processo de forma integrada e sustentável.

Assinalando ainda, que capitais como – a renda, o capital humano e o capital social, necessitam conservar dinamicamente o capital natural. Portanto, para que a renda gerada seja distribuída equitativamente elevando as condições de vida da população é necessário que os indivíduos tenham acesso tanto à riqueza, como ao conhecimento para que o sujeito seja empoderado. Sendo assim, é preciso investir no incremento de todos estes fatores simultaneamente.

## REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. dez.1996.

\_\_\_\_\_. **A endogeneização do desenvolvimento econômico regional e local**. In: XXVII Encontro Nacional da ANPEC, dezembro, Belém, Pará. Anais da ANPEC, 1999.

BACELAR, T. **Ação Local e desenvolvimento sustentável**. In: Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung. Debates nº 11. Ano. 1996.

\_\_\_\_\_. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: **Anais Seminário Internacional sobre Disparidade Regional**, Recife, FORUM NORDESTE/SUDENE, 1982.

BANDEIRA, P. S. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília, IPEA, 1999.

BARQUEIRO, A. V. **Desarrollo Local**: uma estratégia de creación de empleo. Madrid: El Pirámide, 1988.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desarrollo, redes e innovación.** Madrid: Pirâmide, 1999.

BENKO, G.; LIEPITZ, A. **Las regiones que ganan.** Valencia: Generalitat Valenciana, 1995.

BOISIER, S. E. **El difícil arte de hacer region.** Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco, CBC, 1992.

\_\_\_\_\_. **Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial.** Santiago de Chile: ILPES, 1997.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique.** Paris: Minuit, 1980.

CULTI, M. N. Sócios do Suor: cooperativas de trabalho. In: **O Mundo do Trabalho e a Política: Ensaios Interdisciplinares**, Maringá: Eduem, 2008.

\_\_\_\_\_. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários.** (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo-USP/SP, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. Conhecimento e práxis: processo de incubação como processo educativo. In: **Economia solidária e processos de incubação.** Eliza Barreto Sampaio, Maria da Conceição Almeida Vasconcelos, Ricardo Oliveira Lacerda melo(Orgs.)São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

FEITOSA, C. O. **Aglomerações industriais como fator de desenvolvimento regional: um estudo de caso no nordeste brasileiro.** Biblioteca Virtual Economía y Ciencias Sociales. 2009.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZALES de MOLINA, M.; SEVILLA, E. **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible.** Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

LIMA, R. S. **Economia Solidária em Desenvolvimento.** Textos escolhidos, 2011. S.n.t.

LONG, A.; VAN DER PLOEG, J.D. **Endogenous Development: Practices and Perspectives In :Born from Within: practice and perspectives of Endogenous Rural Development**, van LOWE, P. ; MURDOCH, J. ; WARD, N. Networks in rural development: beyond exogenous and endogenous models. In: van der PLOEG y van DIJK (eds.) Beyond Modernization. **The Impact of endogenous development.** Assen: Van Gorcum, 1995.

REMMERS, G. El Desarrollo Endógeno en Zonas Rurales: acertando en un blanco móvil. In: **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**, Guzmán Casado, G; Gonzáles de Molina, M.; Sevilla Guzmán, E. (eds) Madrid: Mundiprensa, 2000.

NORT, D. C. A agricultura no crescimento econômico regional. In:\_\_\_\_\_. SCHWARTZMAN, Jacques(Org.) **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977a.

\_\_\_\_\_. Teoria da localização e crescimento regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.) **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977b.

**PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)**, 2007. Disponível em < [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/international/pdf/pndr\\_brasil.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/international/pdf/pndr_brasil.pdf)> Acesso> Abril 2012.

PICCHI, A. **The relations between central and local powers as context for endogenous**. 2007.

PLOEG, J. D.; LONG, A. (eds.). **Van Gorcum, Assen**, The Netherlands, 298p, 1994.

PORTER, M.E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

\_\_\_\_\_. **Clusters and the New Economics of Competition**. Cambridge, MA: Harvard Business School Press, 1998.

ROSSI, M. C. T. ALCOFORADO, I. G.; POR UMA NOVA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Alianças estratégicas entre redes produtivas globais e os clusters regionais. In: **Anais... IV Encontro de Economia Baiana**, Salvador, Set. 2008.

SAMPAIO, E. B.; VASCONCELOS, M da C. A. MELO, R. O. L de. (Orgs.) **Economia solidária e processos de incubação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. KRUPPA, S. M. P. Senaes e a economia solidária – democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, 2004.

SINGER, P; SOUZA, A. R. de. (Orgs.). **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. Coleção Economia.

SCHNEIDER, J. W. **Pesquisa mundial de comércio justo**. SEBRAE. Brasília, 2007.

SOLOW, R. **Endogenous Growth Theory**. Università di Siena. Siena Lectures. Dpto. di Economia Politica (mimeo.). Siena, 1992.

TOURAINÉ, A. **Podremos Vivir juntos?** Iguales y diferentes, Madrid: Ed. PPC, 1997.